



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1412/13	DATA: 17/09/2013	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 15h47min	PÁGINAS: 20

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JULIO DO PRADO LEITE - Professor e Representante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC-RJ. CLAUDIA CAPPELLI - Professora e Representante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO.

SUMÁRIO
Debate sobre o Modelo de Maturidade em Transparência Organizacional e o Selo de Transparência — garantia da aplicação das políticas de transparência de órgãos públicos e empresas privadas.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Boa tarde a todos!

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública, destinada a debater o Modelo de Maturidade em Transparência Organizacional e o Selo de Transparência — garantia da aplicação das políticas de transparência de órgãos públicos e empresas privadas, objeto do Requerimento nº 447, de autoria dos Deputados Vanderlei Macris e Otavio Leite.

Antes de continuar, gostaria de registrar a presença do nosso Prefeito de Anitápolis. Seja bem-vindo aqui! É um prazer tê-lo aqui conosco.

Convido, então, para tomar assento à mesa, a Profa. Claudia Cappelli, representante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, e o Prof. Julio do Prado Leite, representante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro — PUC-RJ. Gostaria de agradecer, em nome de todos os membros da Comissão, a presença dos professores, que prontamente receberam e aceitaram o convite para comparecer e prestar os esclarecimentos necessários nesta reunião.

Esclarecimentos sobre o funcionamento da reunião. Antes de iniciar as exposições, quero fazer os seguintes esclarecimentos, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, art. 256: o tempo reservado para cada convidado é de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteado. Cada Deputado inscrito para a interpelação poderá fazê-lo por 3 minutos. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas no mesmo prazo.

Passo, então, a palavra à Profa. Claudia Cappelli, professora e representante da UNIRIO. V.Sa. tem a palavra por até 20 minutos.

A SRA. CLAUDIA CAPPELLI - Nós combinamos que ele ia falar primeiro que eu. Tem problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Não. Houve o entendimento entre os nossos dois convidados de que o Prof. Julioalaria primeiro. Então, passo a palavra ao Prof. Julio do Prado Leite, professor e representante da PUC-RJ. Agradeço as presenças, e V.Sa. tem a palavra.

O SR. JULIO DO PRADO LEITE - Gostaria de agradecer ao Deputado Edinho Bez e aos Deputados Vanderlei Macris e Otavio Leite o convite para estar



aqui nesta Casa. É uma honra poder trazer alguma notícia da academia, dos trabalhos de pesquisa em relação a esse tópico.

Eu pertenço ao Departamento de Informática da PUC do Rio de Janeiro, que é um dos departamentos pioneiros na área de informática do Brasil e tem a sua pós-graduação considerada, durante muitos anos, pelas agências avaliadoras, principalmente, como um dos principais departamentos de informática na pós-graduação no Brasil.

Esse trabalho a que eu venho me reportar aqui, senhores, é fruto de um grupo de trabalho que chamamos de engenharia de requisitos. Essa é a área de pesquisa a que eu pertenço, e essa área de pesquisa chegou a ponto de estudar o que viria a ser a transparência de *software*. No estudo da transparência de *software*, nós obviamente estávamos também usando os conceitos de transparência, como depois isso vem a ser mostrado. O ponto é que nos inspiramos muito no movimento de *software* livre. O movimento de *software* livre é um movimento que revolucionou, de certa maneira, a partir dos anos 80, a indústria de *software* mundial. O movimento de *software* livre é baseado na ideia de que o *software* não tem propriedade. Ele é livre e, portanto, pode ser expandido por quem assim desejar; pode ser modificado e utilizado sem o pagamento de *royalties*, apenas marcando de acordo com o tipo de licença, dando ciência a quem foram os primeiros autores.

Depois, no movimento de *software* livre, um pesquisador americano, Sr. Eric Raymond, fez uma observação que veio a ser chamada Lei de Linus. Isso é algo que nós consideramos muito importante. Ele diz o seguinte: “*Quanto mais olhos olham, observam, menos problemas teremos*”. Então, essa é a base do *software* livre. Muitas pessoas usam o *software* livre, muitas pessoas fazem evolução no *software* livre, modificam e leem o *software* livre, e, com isso, o *software* livre tem um índice de defeitos menor. Essa observação feita pelo Sr. Raymond é um ponto fundamental ao vermos transparência como um meio de todos participarem. Isso vai ficar também mais claro no que se segue.

Depois, dada a origem do nosso grupo de pesquisa, trabalhar na engenharia de *software*, em particular, na engenharia de requisitos, nós passamos a olhar transparência como um requisito de qualidade e nos preocupamos com como demonstrar a semântica do conceito de transparência, vendo-o sob o ponto de vista



de um requisito de qualidade. Então, nós fizemos um trabalho de elicitação, de aquisição de conhecimento, baseado em um conjunto de livros que selecionamos e que acreditamos fossem de importância para que o conceito de transparência ficasse marcado. E depois modelamos isso, usando uma linguagem própria da área de engenharia de requisitos.

Essa é a página do grupo da PUC-RJ que fala sobre a transparência da informação e a transparência do processo. Nos nossos estudos, nós achamos importante diferenciar o que é a transparência da informação e a transparência do processo. Nós aqui estamos sendo transmitidos ao vivo via Internet, então, estamos tendo uma transparência do processo. Depois, as atas desta reunião ficarão disponíveis para uso. Essa será uma transparência da informação.

A gente definiu a transparência da informação como a característica que possibilita aos cidadãos acesso, facilidade de uso, qualidade de conteúdo, entendimento e auditoria, as informações de seu interesse sob tutela dos centros de autoridade.

Esses foram alguns dos livros principais que nós utilizamos. O primeiro é de um grupo de sociólogos da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos. O segundo, de uma pessoa especializada em administração que mostra a verdade corporativa e o papel da transparência na verdade corporativa, isso muito voltado para empresas. Depois, um livro de um jornalista que fala sobre os problemas da transparência global do ponto de vista de políticas de transparência em termos mundiais. Depois, um livro de um grupo de professores de Harvard que fala sobre as chamadas transparências com foco, determinadas leis públicas, principalmente nos Estados Unidos, que objetivam trazer mais transparência aos vários processos, como, por exemplo, qualidade de restaurantes ou qualidade da água, para poder informar o público, e o público tomar a melhor decisão.

Depois, a gente também olhou as publicações da UNESCO, principalmente do Sr. Toby Mendel, que trabalha com a ideia de livre acesso à informação, e também a tese de doutorado da Profa. Claudia Cappelli, que trabalhou, no início, conosco nesse projeto na PUC. E hoje nós estamos trabalhando juntos, na tentativa de trazer à transparência maior significado.



E aqui o que vamos apresentar é justamente esse ponto. Afinal o que é a transparência? Transparência é uma qualidade. Ela depende de onde é aplicada, por quem é aplicada e para quem ela é aplicada. A transparência — isso é uma coisa que nós notamos nesses estudos — vai além da acessibilidade, vai além de você dar acesso ao cidadão. É preciso também que haja outras qualidades associadas: que essa informação a que o cidadão teria acesso tem que ser fácil de usar, tem que ser informativa, tem que ser fácil de ser entendida, inteligível, e ela tem que ser auditável, principalmente auditável, para saber se podemos conferir que essa transparência representa a verdade dos fatos. Mas o que é cada uma dessas qualidades: acessibilidade, usabilidade, informativo, entendimento, auditabilidade, no contexto de transparência, informação livre?

Então, esse nosso estudo, que foi um estudo de 4 anos de um grupo de pesquisa de vários pesquisadores na PUC-RJ, chegou a um modelo bastante usado na área de engenharia de requisitos, que é uma rede de qualidade que está ligada através de relacionamentos de ajuda. Então, essa rede, nós vamos mostrar a seguir.

Essa rede coloca a transparência como sendo um conjunto de outras qualidades que contribuem positivamente para a transparência: a acessibilidade, a usabilidade, o fato de facilitar a informação, o informativo, o entendimento e a auditabilidade. E, vendo cada uma dessas, nós vamos ver que existem outras qualidades. Por exemplo, na acessibilidade, eu tenho que ter a preocupação com a portabilidade, eu tenho que ter a preocupação com a disponibilidade, eu tenho que ter a preocupação com a publicidade daquele acesso. Na usabilidade, eu tenho que ter uniformidade, um determinado padrão na apresentação da informação. As informações devem ser simples, devem ser fáceis de serem operadas, é a operabilidade, devem ter embutida a intuitividade, devem possibilitar um bom desempenho, devem ser adaptáveis e devem ter uma forma amigável de apresentação.

O informativo. A característica da qualidade do informativo exige clareza, exige completude ou completeza, exige corretude, atualidade. Não adianta eu informar ao cidadão algo que valia 1 ano atrás. Eu preciso informar aquilo que seja válido hoje. Eu preciso também ter comparabilidade. Quando apresentamos dados, os dados devem ser sempre, na melhor maneira possível de apresentação,



comparáveis com outros, para que possamos julgar o que aquilo realmente significa. Devem ser consistentes, devem ter integridade, em relação a que devem ser inteiros, e devem ter acurácia, devem ser precisos na medida do possível.

Para facilitar o entendimento, as informações devem ser concisas, e essa é talvez uma das grandes armadilhas da transparência. Não se pode jogar para o público, ou mesmo para um público mais restrito, um volume muito grande de informação, porque ele não terá tempo de entendê-la e de processá-la. No entanto, a gente precisa ter a qualidade da concisão, que aquela concisão represente exatamente aquilo que é necessário ser divulgado. O detalhamento, a divisibilidade e a dependência são outras qualidades relacionadas ao entendimento.

A auditabilidade é a característica que está mais relacionada com a veracidade das informações, a capacidade de se ter a possibilidade de saber se aquela informação realmente é uma informação coerente com a realidade. Então, a gente tem a validade, a controlabilidade, a verificabilidade, a rastreabilidade e a explicação.

Portanto, essas 33 qualidades, nós conseguimos descobrir, relacionam-se no sentido de contribuição à transparência. Quanto mais dessas qualidades eu tiver, mais transparente eu serei. E de novo mostramos esse gráfico, que, em engenharia de requisitos, nós chamamos de requisitos não funcionais.

Aqui é uma outra apresentação do que é a transparência e uma ligação com o que a Profa. Claudia vai nos falar, porque ela vai nos falar dessa escada na chegada à transparência, desde o acesso até a auditabilidade. Aqui, de novo, essas qualidades colocadas de uma forma hierárquica.

Mas agora o ponto em que nós estamos aqui é para apresentar para os senhores o que eu falei. Durante muito tempo, na PUC, nós criamos esse conceito de transparência — quer dizer, na verdade, licitamos e modelamos esse conceito —, que é uma novidade mundial, porque poucos se detiveram a esse assunto. E nós, então, na continuidade desse trabalho, em cooperação com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, começamos a estudar um modelo de maturidade. O que é um modelo de maturidade? Um modelo de maturidade seria algo capaz de dizer qual a situação de um determinado órgão público ou de determinada organização em relação ao que se conhece da transparência. Quão



transparente é um determinado órgão? Como medir isso? Não é uma coisa fácil, porque medir qualidade é sempre dependente de quem a vê. Então, os pontos de vista de quem olha a qualidade muitas vezes são variantes. Eu posso dizer que esta parede é um verde escuro, mas alguém pode me dizer que não, é a tonalidade de um verde combinado com um azul, e assim por diante. Então, ao lidar com opiniões, como é o caso da qualidade, essas coisas são difíceis.

E nós temos feito um trabalho, que já dura 2 anos, que é tentar criar um Modelo de Maturidade que nos permita medir a transparência e também que possa orientar as organizações sobre como elas estão na evolução da colocação da transparência. Isso é muito importante, porque hoje nós vivemos isso. Temos ouvido de várias pessoas que querem se adequar à Lei de Acesso à Informação como é difícil para as organizações saber o que deve ser feito para se adequar à lei. Então, no modelo, no seu nível 2 — a Profa. Cláudia vai explicar melhor, vai colocar melhor —, isso fica claro, ou seja, como medir o progresso no sentido da transparência.

E a transparência — eu volto aqui à Lei de Linus — não é só para que nós possamos verificar, para saber se os órgãos estão fazendo o que devem fazer, mas ela também é uma grande oportunidade para a sociedade construir junto, ou seja, é a oportunidade de todos participarem e verem: *“Não, isso aqui não está indo bem. Vamos dar essa opinião. Vamos agir colaborativamente”*. Então, na medida em que o mundo se torna mais globalizado e a educação se torna mais ampla, a gente também tem a oportunidade de escutar todos. Quanto mais olhos tivermos sobre os objetos de interesse, mais nós poderemos ter uma melhor *performance*. Isso foi demonstrado no Movimento de Software Livre.

E eu trago aqui um exemplo que achei muito interessante, que é da WebCâmara, que tem um dizer que é o seguinte: *“Transparência ao vivo é isso, é o processo, é o que está sendo transmitido”*. Mas é a responsabilidade gravada. Ou seja, nós vamos ter as atas para que, depois, se quisermos estudar o que aqui foi discutido, nós as temos.

Nós, como pesquisadores... Essa é uma área interdisciplinar, interinstitucional, uma área completamente nova, principalmente do ponto de vista das ciências exatas, de onde venho, do Departamento de Informática, e é uma área muito nova, é uma área que é muito difícil convencer as pessoas da sua



necessidade. E é uma oportunidade que nós temos aqui de informar o que nós viemos fazendo nesse sentido e a necessidade do apoio para a continuidade dessas pesquisas. A transparência, no Modelo de Maturidade, tende a padronizar. Então, a padronização ajuda a que nós cheguemos a um nível de transparência. E essa é uma oportunidade para o Brasil enorme, porque o Brasil é um dos países que têm atuado fortemente no sentido da transparência e galgado posições nesse sentido.

E a colocação da evolução desse modelo. Por quê? Nós trabalhamos... É uma equipe que, no conjunto, deve ter por volta de 15 a 16 pessoas trabalhando nesse modelo, mas nós precisamos ter mais. Apesar de todos os livros que lemos, apesar das várias consultas internacionais que fizemos, dos artigos que foram publicados em vários congressos e revistas, nós precisamos ter também uma retroalimentação, precisamos ter uma retroalimentação de como estamos indo. Então, a gente tem procurado fóruns de discussão. Agora, em outubro, nós vamos estar na III Conferência Mundial de Transparência, que será em Paris, e vamos apresentar o modelo de transparência. E agora, em Brasília, no final do mês, nós estamos organizando o I Workshop de Transparência em Sistemas. Será aqui, no dia 29 de setembro, e convidamos todos a que participem. Também é um momento de debate dessas ideias.

Bom, Deputado, agradeço a oportunidade. Esta é a mensagem que gostaria de passar à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Parabenizo V.Sa. pela exposição. É um assunto muito interessante, como nós falamos aqui, moderno, atualizado, e de que não podemos nos descuidar. Estamos vivendo a era da inteligência e precisamos cada vez mais estar preocupados com isso.

Passo a palavra à Profa. Claudia Cappelli, representante da UNIRIO. V.Sa. terá até 20 minutos.

A SRA. CLAUDIA CAPPELLI - Obrigada, Presidente, pelo convite.

O Prof. Júlio já iniciou a nossa conversa aqui. Ele falou basicamente sobre o que é o conceito e como a gente trabalhou nesse conceito. Durante alguns anos, eu estudei junto com ele esse conceito, e desse trabalho veio a surgir a ideia e o desenvolvimento deste projeto, que foi o início da construção do que a gente está chamando de um Modelo de Maturidade em Transparência Organizacional.



Então, eu vou apresentar para vocês aqui um pouco da ideia desse modelo e da ideia do que a gente está chamando — até batizado pelo Deputado Otavio Leite, que teve uma conversa com a gente aqui — de Selo da Transparência.

(Segue-se exibição de imagens.)

A gente sabe que hoje as organizações têm alta demanda por transparência, e isso não é novidade para ninguém. Aqui eu trouxe alguns exemplos de *sites* que estão colocando suas informações. Cada vez mais a gente percebe que as informações estão sendo disponibilizadas pelas organizações públicas, hoje em dia muito também pelas organizações privadas, já com vários outros interesses. E, por conta dos eventos que têm acontecido no País — a gente vê aqui o Portal da Transparência da Presidência da República —, há então vários exemplos. Se a gente passear pela Internet, vai ver a quantidade de informações que tem disponíveis hoje.

Então, é fato que as diversas organizações do País precisam demonstrar transparência. Só que ainda existe muita dificuldade no entendimento, principalmente de como fazer isso e do que colocar. Existem algumas instruções nesse sentido; a própria CGU tem uma cartilha. Existe todo um trabalho feito em cima da Lei de Acesso, dos tipos de informações que devem ser colocadas, mas, mesmo assim, as organizações têm muita dificuldade, porque não é só às vezes colocar a informação, mas elas têm que manter aquilo tudo atualizado.

Portanto, existe todo um processo de trabalho daquelas informações e de organização das informações dentro das estruturas organizacionais que precisa ser pensado. Não adianta simplesmente disponibilizar a informação uma vez e deixar aquilo lá. Você tem que ficar alimentando, e a gente sabe que manter as coisas atualizadas não é uma coisa trivial para as organizações ainda, visto que muitas das informações até hoje foram guardadas em diversos formatos e que a lei traz muitas novidades nesse sentido.

Então, surgem dúvidas do tipo: será que dar acesso a dados é transparência? Será que ter os dados abertos é transparência? Será que fazer controle social é transparência? Cada um, com o entendimento de uma parte do que é transparência, pode estar achando que aquilo é um entendimento completo da transparência.



Com este estudo que a gente fez, parte dele apresentado aqui pelo Prof. Júlio, a gente percebeu que o conceito de transparência é muito amplo. Então, a gente acredita que transparência é isso tudo ou até um pouco mais do que isso que a gente está falando.

Ao longo deste trabalho também, a gente percebeu que existia uma falta de entendimento comum sobre esse conceito da transparência. A gente vem conversando com várias instituições, as pessoas dizem qual é o seu conceito de transparência, e a gente percebeu essa dificuldade de entendimento comum. Além disso, a gente percebeu também que essa falta de entendimento vinha muito por conta da falta de normatização.

A lei existe, mas a forma de implementação não é definida de maneira prática. Quer dizer, qual é exatamente a prática que eu tinha que estabelecer na minha organização para fazer estas e estas informações sejam transparentes? Então, a gente percebeu que havia uma oportunidade justamente nisto: na definição dessas práticas e na forma de fazer a transparência.

Foi aí que a gente pensou na ideia da construção deste Modelo de Transparência. A ideia era definir um conceito que fosse de comum acordo, vamos dizer assim, entre diversas instituições, para que a gente conseguisse, com esse modelo, organizar uma quantidade grande de práticas. Quando uma organização quisesse estabelecer a transparência, ela teria a quem recorrer e saberia exatamente o que tinha que fazer, assim como estão definidas nas normas.

As normas ISO são normas que nos dizem o que temos que fazer quando queremos qualidade num determinado tipo de elemento dentro da organização. Então, a transparência seria isso. A ideia do modelo é essa.

Mais do que isso, quando a gente quisesse olhar para uma organização para poder verificar se a transparência estava sendo realmente realizada, se estava conseguindo ser efetivada, a gente teria formas também de medir aquela organização e avaliá-la, para ver se ela estava conseguindo estabelecer, o porquê não estava conseguindo, o que estava faltando, como ela fazia para atingir aquilo. Portanto, a ideia do modelo é gerar toda essa gama de conhecimento que possa facilitar a vida das organizações que queiram estabelecer a transparência.



Um modelo de maturidade, na verdade, é um modelo de referência. Como já comentou o Prof. Julio aqui, é alguma coisa que nos guia. É uma quantidade organizada, é um corpo de conhecimento organizado, por meio do qual apresentamos práticas e produtos que devem ser gerados por uma organização, para que ela atinja determinado grau de maturidade em determinado contexto.

Remetendo ao eslaide que ele apresentou, a gente se baseou no estudo que fizemos — como ele mesmo citou, ao longo do desenvolvimento da minha tese de doutorado — sobre o conceito de transparência. A gente trabalhou fortemente com Transparência de Informação e Transparência de Processo. O Prof. Julio também já citou por que a gente diferenciou isso. Quando a gente organizou esse corpo de conhecimentos, percebeu que fazer tudo isso de uma vez, numa organização, podia ser algo extremamente custoso, trabalhoso, e que haveria formas de organizar isso, como a gente chamou, em camadas, em graus ou até em níveis.

Organizamos isso, então, em cinco grupos que poderiam vir sendo implantados de forma sequencial. Os Modelos de Maturidade, eles fazem exatamente isso. A ideia é ter uma forma de implementar práticas sequencialmente, de modo que isso possa ser feito pela organização em alguns passos, para que seja avaliada, melhorada e passe para o nível seguinte.

Aí nós estabelecemos um projeto, em parceria entre a UNIRIO — Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde eu trabalho como professora, e a PUC, com o Prof. Júlio, cuja ideia era justamente a construção desse Modelo de Maturidade e do Modelo de Avaliação de Maturidade das Organizações.

Esse modelo tem uma proposta de organização de informações — eu não vou me ater a explicar, isso é uma forma de representação, na área de engenharia de *software*, para representação de organização de informação. Aí nós definimos como íamos estruturar essas informações — vou explicar isso um pouquinho mais para frente —, e definimos que ele seria formado por níveis que poderiam auxiliar as organizações a implementar paulatinamente essas práticas. Cada nível destes tem que ter um objetivo atrelado, o que a organização quer alcançar quando implementa aquele nível. Atrelado a um objetivo, pode-se ter indicadores que vão medir se realmente há alcance desse objetivo.



Aí temos as metas daquele objetivo. Cada nível tem um conjunto daquelas características — o Prof. Julio apresentou as 33 características que nós reunimos —, e, então, nós as dividimos em grupos. Cada grupo desses faz parte de um nível do modelo. Elas se relacionam, e a gente define como se atinge uma característica ou outra em determinado nível. Mais do que isso, para se implementar aquela característica, quais são as práticas — que a gente chamou de Formas de Operacionalização — que temos que estabelecer dentro da nossa organização para que aquela característica esteja realmente estabelecida e possa ser verificada.

Então, nós definimos o modelo com cinco níveis. O primeiro nível é o opaco, o segundo nível é o que chamamos de divulgado, o terceiro é o compreendido, o quarto é o confiável e o cinco, o participativo — no próximo slide explico cada um deles.

A ideia do primeiro nível, o opaco, é de que a organização disponibiliza informação, mas não tem uma sistemática para fazer isso. Então, teoricamente, hoje acho que praticamente todas as organizações disponibilizam algum tipo de informação, no seu portal ou pessoalmente. Isso está lá, mas nem sempre existe uma maneira sistemática de manter aquilo atualizado, de garantir que há a participação do cidadão na discussão sobre aquela informação. Então, ela faz alguma coisa sobre transparência, dá acesso basicamente, mas não faz isso de maneira sistematizada. Dizemos que essa organização estaria nesse nível 1, que chamamos de nível opaco.

No nível 2, que é o nível divulgado, a organização já disponibilizaria o acesso à informação para esse ambiente externo, mas de forma estruturada. Ela já teria uma forma de manter essa informação, de garantir uma série daquelas qualidades — vou mostrar a vocês quais as qualidades que estão incluídas no nível 2 —, que já poderiam ser verificadas nessa organização.

No nível 3, a organização não só quer dar o acesso com algumas daquelas características, mas quer garantir uma coisa, que achamos extremamente importante, que é: quem acessa a informação realmente compreenda o que está sendo passado por ela. Então chamamos esse nível de compreendido, porque nele a organização teria um compromisso com a qualidade e o entendimento daquela



informação por parte do cidadão. Não seria mais só o acesso, mas a garantia de que a informação vai ser entendida.

No nível 4, que chamamos de confiável, a organização, além de garantir a qualidade e o entendimento, garantiria também que o cidadão pudesse verificar aquela informação que está sendo passada. Haveria mecanismos para ele fazer o que estamos chamando de auditabilidade das informações.

E no último nível — o Prof. Julio até falou sobre a parte de colaboração —, dado que o cidadão tem acesso a uma informação de qualidade e entendimento a respeito dela, podendo verificar se ela é realmente verdadeira, ele consegue discutir sobre aquela informação, participar e contribuir. Esse seria o último nível, o nível 5 do modelo.

Só para termos um exemplo, no nível 2, daquelas todas 32 características que o Professor Julio citou aqui, fizemos um estudo sobre elas — nos baseamos muito baseado na Lei de Acesso à Informação, na Lei da Transparência, a Lei Complementar 131, de 2009, na Carta ao Cidadão e em vários outros diplomas legais —, e, após lermos tudo isso, todos esses trabalhos, percebemos que, para o nível inicial, para nomearmos uma organização de nível 2, precisaríamos ter todas essas qualidades, algumas delas em um nível mais profundo e outras em um nível menos profundo. Mas haveria publicidade, disponibilidade, portabilidade, operabilidade, clareza, atualidade, integridade, detalhamento, verificabilidade, rastreabilidade e acurácia.

Em um próximo nível — não vou falar aqui de todos eles —, podemos ter novas características, que são responsáveis pelo próximo nível, mas também o aprofundamento de práticas do nível atual.

Para cada uma dessas características, o que fizemos foi construir uma prática, exatamente o que a organização deve fazer no seu dia a dia para garantir cada uma dessas características. Nós construímos de quatro a cinco práticas, e, para cada uma delas, há um produto que deve ser gerado pela organização.

Por exemplo, na parte de sigilo, de que se fala na lei, estabelecemos que a organização precisa ter definida uma política de sigilo; como essa política deve estar disponibilizada; como ela vai ser entendida pela população.



Enfim, para cada item que definimos aqui, para cada característica, construímos uma série de práticas e sugerimos como elas podem ser estabelecidas na organização. Então, geramos um guia para a organização começar a executar essas práticas e, principalmente, gerar os produtos que ela tem que gerar para deixá-los disponíveis, seja na Internet ou em outro meio qualquer.

Dado que a organização vá seguir nesse caminho de construir todas essas práticas, definir todos esses produtos na organização, vimos também que ela, para conseguir passar de um nível para outro, necessariamente vai ter que verificar se está atendendo a essas práticas.

Assim como todos os modelos de maturidade que existem — peguei aqui o exemplo de alguns —, atrelado a um desses modelos, sempre existe um modelo de avaliação. Existem vários modelos. As próprias normas ISO têm modelos de avaliação. Você tem a norma; a organização segue aquelas práticas, depois chama um auditor, que vai lá para verificar, e ela ganha o diploma, o selo.

Daí surgiu esta ideia de criarmos, atrelado ao modelo de maturidade também, o que chamamos de selo da transparência, que seria a ideia de termos um modelo de avaliação que andaria junto com as práticas do modelo de maturidade e que faria a avaliação nas organizações.

A evidência desse problema surgiu porque vimos que para todo modelo de maturidade sempre há um modelo de avaliação. Então, faria todo sentido nós também termos uma forma de avaliar, ou de a própria organização se autoavaliar, para verificar se ela está conseguindo cumprir todas as práticas estabelecidas no modelo.

Percebemos que isso tem uma grande relevância, porque temos um número enorme de órgãos públicos, e temos percebido também hoje, não só aqui no Brasil, mas no resto do mundo, inclusive na literatura, que as organizações privadas também têm ido nesse caminho da transparência, com outros objetivos, mas também têm tentado seguir por esse caminho.

Então, a ideia é que haveria, sim, uma grande necessidade não só da existência do modelo, para que as organizações pudessem saber exatamente o que fazer para cada elemento que elas tenham que estabelecer, mas também a ideia da avaliação, para que ela pudesse se autoavaliar, e a ideia da existência, talvez, de



um selo ou de um prêmio que pudesse ser dado à organização que fosse seguindo todas as práticas.

Então, a proposta era de construção. Nós também começamos esse trabalho, estamos bem no início da ideia da construção do modelo de avaliação. Agora é que terminamos a construção do nível 2 da transparência; iniciamos agora a construção do nível 3 — esse é o status atual do projeto. Estamos começando agora também, já que o nível 2 está pronto, o modelo de avaliação para o nível 2.

A ideia era apresentar aqui para os senhores esse trabalho que estamos fazendo e discutir um pouco sobre as perspectivas e o que podemos agregar com esse trabalho que já temos feito — como o Professor Julio falou —, há 4 anos, estudando o conceito de transparência, e, nos dois últimos anos, construindo o modelo de maturidade e o modelo de avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Da mesma forma, agradecemos à Sra. Claudia Cappelli, professora e representante da UNIRIO.

Vou repetir: em um momento muito oportuno, quero cumprimentar o Deputado Vanderlei Macris e o Deputado Otavio Leite pela iniciativa de convidar os palestrantes através desta Comissão. Aprovamos por unanimidade esse requerimento, para que pudéssemos ter uma noção melhor de quem está na linha de frente desse assunto tão importante.

É desnecessário falar, mas é bom lembrar que nós vivemos na era da informática, da Internet, do *Facebook*, do *Twitter*, enfim, na Era da Inteligência, e não podemos nos descuidar. Hoje, inclusive, está havendo uma série de pessoas que usam em excesso até. Tem gente que almoça, janta e dorme ligando, porque já se viciou, e isso está preocupando a todos nós. Tudo na vida tem limite.

Esse vício não é bom, porque não podemos perder o relacionamento humano, o calor humano. É fundamental tempo para tudo isso. Tenho uma neta, e a minha filha determina horário. Em outro dia, ela acordou às 4 horas da manhã e estava minha neta lá, quietinha, também já usando esses instrumentos que, infelizmente, sobre o calor humano são ruins, mas não dá para negar a sua eficiência. Não conseguimos sobreviver mais sem as redes sociais, sem essas alternativas.



Sobre a transparência, da forma como vocês a colocaram aqui, confesso que consegui agregar mais conhecimentos depois da manifestação, das palestras da Sra. Claudia Cappelli e do Sr. Julio do Prado Leite.

Quero também registrar as presenças dos meus conterrâneos — é um prazer tê-los aqui — Marli Machado Domingos e Ailton Garcia Domingos. Sejam bem-vindos, sintam-se em casa! Esta Casa é de todos os brasileiros. Nosso gabinete também está à disposição. É um prazer tê-los conosco.

Registrei ainda há pouco a presença do Sr. Marquinho, Prefeito de Anitápolis, que também se faz presente aqui conosco; da Sra. Cleusa Regina, que é Executiva de Articulação Política da Secretaria Executiva de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, e está aqui representando o Governador Raimundo Colombo. Essa Secretaria Executiva de Articulação Nacional é uma espécie de escritório do Governo que muitos Estados têm aqui. E o Governo anterior, de Luiz Henrique da Silveira, transformou isso em Secretaria, pela importância que tem essa extensão do Governo em contato com os órgãos públicos, principalmente aqui no Congresso Nacional, no Poder Judiciário e no Poder Executivo; e eu gostaria de registrar também a presença, com muita satisfação, de Ângela Silves, do Governo do Espírito Santo; de Eduardo Muricy, do TCU; de Vanessa Tavares Nunes, da UNIRIO; e de Bárbara Romualdo, do TCU.

Aliás, quero fazer um registro aqui sobre o TCU, sempre presente às nossas reuniões. Mesmo muitas vezes não sendo convidado, dependendo do assunto se faz presente. É um exemplo que deve servir para todos os órgãos, não só na área do TCU, mas também na governamental, principalmente para as instituições democráticas.

Também registro a presença de Antônio Fonseca, da PGR; de Geraldo Sorte, do CNPq; de Graziela Magalhães, do MPF; de Sergio Seabra, da CGU; de Cláudia Taya, da CGU; e de Otávio Neves, da CGU — parabéns à CGU, presente aqui, é importante —; de Marcus Vinicius da Costa, da Secretaria de Processamento; de Plínio Salgado, do Governo do Estado de Minas Gerais; empresários de Santa Catarina; entre tantos outros presentes. É uma honra tê-los aqui conosco. Coloque-me à disposição de todos vocês.



Pergunto aos nossos convidados e ao primeiro palestrante, Julio de Prado Leite, se gostariam de complementar. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Sr. Júlio de Prado para as suas considerações finais.

O SR. JULIO DE PRADO LEITE - Novamente eu lhe agradeço pela oportunidade. Uma coisa a ressaltar, uma vez que ficou talvez mais claro para a audiência o que vem a ser esse modelo de maturidade, algo que vale a pena lembrar — não sei se os senhores conhecem — é o sucesso do MPS.BR, modelo de maturidade que foi criado no Brasil para que se pudesse ser medida a maturidade das organizações produtoras de *softwares*.

Então, os modelos de maturidade, quando abraçados por órgãos que podem colocá-los como normas, normalmente, órgãos ligados ao Governo, servem para aumentar a qualidade do aspecto sendo tratado pelo modelo de qualidade. No caso do MPS.BR, tornou-se uma prática dos órgãos públicos considerarem nos editais o nível de competência ou de maturidade das empresas produtoras de *softwares*. Isso ajuda, de forma significativa, para que o Brasil cresça na sua competência — e hoje em dia é um país de grande competência — de produção de *softwares*, que move a sociedade hoje.

Então, nesse trabalho a gente tem essa motivação, por acreditar que, sendo um modelo de maturidade apoiado e passado a ser utilizado como uma forma de avaliação, isso será certamente um modo de alavancar a ideia da transparência que, acreditamos, é benéfica para a sociedade como um todo. Isso é o que nos move no sentido da busca de maneiras de tornar algo que é extremamente complexo. Essas 33 qualidades que nós citamos têm interações entre elas, mas com outras também: a transparência tem interações com a segurança, tem interações com a privacidade, e tudo isso tem de ser levado em consideração. Muitas vezes, essas considerações de jogos de interesse entre qualidades não são simples; são, muitas vezes, difíceis de modelar de maneira mais sistemática.

Então, com essas considerações, agradeço novamente a esta Casa pela oportunidade de trazer a palavra de trabalho que fazemos na academia e deixar isso mais claro para a sociedade brasileira.

Agradeço novamente ao Deputado Edinho Bez pela oportunidade; e, aos Deputados Otavio Leite e Vanderlei Macris, pelo pedido desta audiência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Antes das considerações finais da Profa. Cláudia Cappelli, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Otavio Leite, a quem já fiz referência anteriormente, parabenizando-o pela iniciativa de um assunto de suma importância, inclusive relatei aqui sobre o momento em que vivemos, etc.

Antes, eu gostaria de registrar a presença dos nossos Prefeitos de Santa Catarina — ainda pouco, registrei um e chegaram mais dois: o Prefeito Ney, de Meleiro, e o Prefeito Ronaldo Carlessi, de Turvo. É um prazer tê-los conosco, sintam-se à vontade; e a do Deputado Federal Jorginho Mello.

Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Meu Presidente, Deputado Edinho Bez, é uma grande satisfação. Senhores palestrantes, devo a todos uma informação do por que não tive condição de estar ao tempo desta audiência. Eu presido a comissão ao lado, onde há também em curso uma audiência muito importante sobre investigação criminal, mas eu tive o privilégio de ter uma oportunidade na qual ouvi e me reuni com professores na PUC do Rio de Janeiro e fiquei realmente muito impressionado com o objeto de investigação científica que aqui vocês tiveram a oportunidade de conhecer.

Acho que a academia brasileira tem de estar muito próxima desta Casa para que nós possamos sempre extrair as novidades, as perspectivas de inovação, as visões que são descontaminadas do ambiente político e que são em geral muito positivas para o aperfeiçoamento das instituições. A transparência... Aliás, essa expressão, essa terminologia transparência é um imperativo para a nossa ordem do dia. Vivemos o tempo talvez da hipertransparência. Não é dado a nenhuma pessoa pública ou a qualquer instituição não ser transparente.

Então, desenvolver, estudar, aprofundar modelos que permitam, de maneira concatenada, organizada, quase que automática, garantir à sociedade o direito essencial a conhecer o que se passa com os números dessas instituições e da atuação dos próprios Deputados, o que fazem ou o que não fazem, é um preceito de que nós não podemos abrir mão e devemos cada vez mais trabalhar em prol dele.

Eu não tenho dúvidas de que este encontro ficará registrado nesta Casa. Há profissionais de várias instâncias de poder da República neste auditório que



representam instituições importantes e levarão, com certeza, as convicções e as formulações aqui apresentadas pelos professores. Nós teremos isso nos Anais da Casa, à disposição via *web*, para tantos quantos queiram trabalhar sob a ótica inclusive da investigação científica.

Então, quero traduzir aqui a minha satisfação, Deputado Edinho Bez, pela sensibilidade que teve a Comissão em acolher o requerimento, cujo objetivo de minha parte era exclusivamente oferecer aquela oportunidade que eu vivi de conhecer com mais detalhes um mecanismo que está sendo produzido, concebido, desenvolvido pela academia brasileira.

Então, eu estou muito feliz de poder ter contribuído de alguma maneira para a UNIRIO e a PUC poderem trazer aqui alguns elementos que, tenho certeza, foram úteis para toda a Casa e toda a República.

Muito obrigado e, mais uma vez, parablenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos a manifestação de V.Exa. e o parablenizo, mais uma vez, juntamente com o Deputado Vanderlei Macris, que justificou a sua ausência em função de outra reunião.

Passo a palavra, para as suas considerações finais, à Profa. Cláudia Cappelli.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Perdoe-me, Presidente, faço apenas uma ilação aqui e um convite a V.Exa., porque às terças e quartas-feiras, dado o volume de temas que nós temos que abordar e compromissos e responsabilidade em Comissões, a proposta que eu estou desenvolvendo é que nós possamos estabelecer que, na longitude e latitude deste espaço na República brasileira, o dia tenha 48 horas, ao invés de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Sou testemunha disso, é verdade. Inclusive, nesse sentido, conversamos com V.Exa. outro dia e com vários parlamentares. Às vezes, nós passamos tão correndo aqui! Lembra que nós tínhamos um assunto para conversar, depois de uma viagem, nos encontramos no corredor e não tivemos tempo para conversar? Depois nos falaremos. É isso mesmo. São tantas coisas, o País é grande, inúmeros problemas, e nós também estamos aqui para isso, para encará-los e enfrentar.

Com a palavra a Profa. Claudia Cappelli, para suas considerações finais.



A SRA. CLAUDIA CAPPELLI - Gostaria, novamente, de agradecer a oportunidade. A ideia era essa mesma, de mostrar para vários segmentos da sociedade o trabalho que a gente tem feito, e também eu queria deixar aqui o convite para todo mundo, para as instituições, enfim, da participação. A nossa intenção não é fazer disso um modelo da UNIRIO, um modelo da PUC. A ideia é justamente que isso fosse abraçado e aí, por isso, a nossa intenção de estar aqui e de fazer com que isso fosse abraçado pela sociedade, por instituições que realmente possam colocar esse modelo em prática e fazer com que tantas outras organizações tenham mecanismos para se medir, mecanismos para verificar o que precisam fazer e uma facilitação no seu dia a dia no que têm que fazer com relação à transparência.

Então, essa era realmente a nossa intenção, e convidamos a todos, de alguma forma, a quem quiser, a entrar em contato conosco para que possamos fazer um grupo. O Prof. Júlio falou que existem vários envolvidos, mas para construir esse modelo nós precisamos realmente ainda de muito mais gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Mais uma vez, parabéns pela exposição! Prestei atenção a uma das frases de V.Sa., quando disse que o conceito de transparência é muito abrangente, é muito amplo. E eu comparo isso com a área da infraestrutura nacional, que também é muito ampla. Quando se fala de infraestrutura, muitos pensam que é estrada, rodovia, ferrovia, aerovia, mas é muito mais que isso.

Não havendo mais quem queira se manifestar, agradeço aos convidados e me coloco à disposição na qualidade de Presidente desta Comissão, também dizendo que, assim que tiverem sugestões ou qualquer outra manifestação, nós estaremos abertos. Estamos aqui para isso.

Mais uma vez parabenizando os dois Deputados autores do requerimento, Otavio Leite e Vanderlei Macris, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, eu gostaria, outra vez, de agradecer aos presentes e convidá-los para a reunião que teremos na próxima quinta-feira, às 9h30min, com a presença do Ministério do Turismo, quando haverá quase uma continuidade desta discussão.

Os representantes falarão sobre a nova gestão, o novo modelo de gestão que já está sendo aplicado no Ministério do Turismo, que está servindo de exemplo para



muitos órgãos, não somente governamentais. Todos estão convidados, no Plenário 9, às 9h30min, depois de amanhã, quinta-feira.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.